

GREVE NA SAÚDE

“Revolta” contra Correia de Campos aproximou a população dos médicos

Os médicos ainda têm o “poder mágico” de dar a vida e resgatar da morte? A relação única que mantêm com as populações pode potenciar acções de protesto como a desta semana

São José Almeida

“A consciência social” dos cidadãos em relação à defesa do sector público da Saúde, enquadrado pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS), “tem vindo a materializar-se em formas de intervenção, na última década, depois de Correia de Campos fazer a reforma das maternidades, foi aí que despertou a consciência cívica, foi aí que começou a revolta das populações”, defende a socióloga da Saúde Graça Carapinheiro, professora catedrática do ISCTE e investigadora do CIES, que afirma: “Há uma forma de protesto que se vem organizando no associativismo.”

Graça Carapinheiro sustenta que a solidariedade das populações para com a luta dos médicos e dos profissionais da Saúde existe e está em crescendo, mesmo que não expluda nas ruas. “Há uma maior consciência cívica das populações das dificuldades que cercam as profissões da saúde”, afirma a socióloga, dando como exemplo recente a forma como os utentes e os cidadãos se organizaram em defesa da Maternidade Alfredo da Costa. Há assim “uma maior consciência cívica incorporada pelo cidadão que ressalta na consciência das dificuldades a que os profissionais de saúde estão sujeitos”, sustenta Graça Carapinheiro.

A socióloga da Saúde sustenta que “a profissão médica está na encruzilhada de medidas políticas”. E sublinha que o actual ministro da Saúde, Paulo Macedo, “não tem uma política de Saúde, tem medidas avulsas e ainda está sob o impacto das políticas anteriores, que não foram avaliadas”. Graça Carapinheiro frisa também que “as medidas políticas são tomadas no ministério e

transmitidas pelas administrações de Saúde, mas não há nestes órgãos sensibilidade para defender os interesses da população. São lugares de ocupação política”. E questiona-se: “Por que damos mais tempo de vida às pessoas, se não damos a correspondente qualidade de vida?”

Isto acontece porque se vive hoje “num tempo em que a gestão define metas em função de critérios e indicadores e introduz alteração do trabalho médico, sem valorizar esse trabalho”, sustenta Graça Carapinheiro, sublinhando que “os governantes desprestigiam os médicos, porque a remuneração não reconhece o valor social dos médicos, que é insubstituível”.

O poder de dar a vida

Para Graça Carapinheiro, “há consequências sociais das medidas que mexem com profissões que exercem os serviços sociais” e “a Saúde é um sector onde os profissionais cumprem uma função social insubstituível”. Até porque, os médicos “dão a vida, salvam a vida, tratam, curam”, refere a professora catedrática, explicando: “Os médicos sempre tiveram muito prestígio e poder e um dos aspectos desse poder é o poder mágico e carismático. São os médicos que salvam da morte e ganham a imagem de deuses, eles têm a capacidade de resgatar a vida.”

Uma característica que nasce com o cientificismo e com a laicização das sociedades a partir do século XIX e que, segundo esta especialista em sociologia da Saúde, ainda existe e diferencia os médicos das outras profissões típicas da classe média. “Teria muito cuidado com o termo dessacralização, não há perda de poder simbólico dos médicos”, alerta, afirmando: “Não podemos dizer que está a diminuir este carácter simbólico porque, para o afirmarmos, temos de fazer investigação, que ainda não foi feita.”



MIGUEL MANSO

O encerramento da Maternidade Alfredo da Costa gerou protestos

Admitindo que “é um facto que o cidadão informado, que tem capitais sociais e culturais elevados, sabe que pode levar um médico a tribunal, e que é visível, nos programas televisivos da manhã, pessoas a fazer denúncia de negligência e de incuria de médicos”, Graça Carapinheiro defende que “as populações não desvalorizam a imagem dos médicos e dos enfermeiros e sabem que as condições estão alteradas”. E remata: “As condições de traba-

lho dos médicos mudaram muito, há alterações à imagem da profissão mágica, mas não é o esvaziamento da dimensão sagrada.”

Interpretação diversa faz o sociólogo Pedro Hespanha, investigador do CES e professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. “Não estou tão seguro que a sacralização em Portugal corresponda ao papel do médico”, diz Pedro Hespanha, explicando que “o SNS aproxima o médico do doente,

e que os profissionais são vítimas do SNS”, o que “desgasta o poder dos médicos”. E acrescenta que “as pessoas hoje vão à Net e obtêm informação, isso muda a imagem do médico cientista”. Além de que “há mais condenações de médicos pela Ordem e também em tribunal”.

Hespanha sublinha ainda que “a gestão hospitalar entra em conflito com o poder médico” e defende mesmo que “é a dessacralização da profissão médica que permite que Governo ataque”. E dá como exemplo: “O que está a acontecer com os enfermeiros é a degradação total e os médicos vão ser tratados assim.”

A degradação do estatuto profissional das profissões médicas é apontada pelo sociólogo Renato Miguel Carmo, professor do ISCTE e investigador do CIES e do Observatório das Desigualdades, como uma razão para que as pessoas se solidarizem e protestem em defesa do SNS. “As pessoas sabem que as profissões ligadas à Saúde são altamente especializadas e são um apoio às populações”, afirma Renato Miguel Carmo, concluindo: “Por exemplo, enfermeiros a ganhar a quatro euros à hora pode provocar revolta das pessoas, pois estas entendem que o poder político está a ir ao âmago do SNS.”

Graça Carapinheiro também considera que “as profissões médicas estão a ser proletarizadas”. Isto porque, explica, “há uma intrusão, uma interferência do poder na vida dos médicos”. E exemplifica com “a última reestruturação do último Governo, que levou à fusão dos hospitais públicos e alterou substancialmente a organização das equipas de saúde”. Esta mudança impôs que “os médicos fossem redistribuídos, mas sem serem preparados para ser deslocalizados”, logo “as suas redes de referência foram alteradas” e “isso tem custos para os doentes, custos sociais e custos para o SNS”.